



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Número do 1.0637.10.007743-6/001 Numeração 0077436-
Relator: Des.(a) Denise Pinho da Costa Val
Relator do Acórdão: Des.(a) Denise Pinho da Costa Val
Data do Julgamento: 28/05/2013
Data da Publicação: 07/06/2013

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - DEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS - NATUREZA CAUTELAR E AUTÔNOMA DAS MEDIDAS - NÃO COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE - RAZOABILIDADE DA DURAÇÃO.

- As medidas protetivas são autônomas, no entanto, não comprovada nos autos a sua necessidade, elas devem ser revogadas.

- As medidas previstas na Lei Maria da Penha não podem perdurar por tempo indefinido. Assim, estando as medidas vigorando há mais de dois anos, já decorreu prazo razoável para sua duração.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1.0637.10.007743-6/001 - COMARCA DE SÃO LOURENÇO - APELANTE(S): ANTONIO CARLOS BITENCOURT PEREIRA - APELADO(A)(S): KATIA SHYRLENE APARECIDA DE AZEVEDO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda, em Turma, a 6ª CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em PROVER O RECURSO.

DESA. DENISE PINHO DA COSTA VAL

RELATORA.

Proferiu sustentação oral na sessão do dia 28/05/2013 o(a) Dr(a). JULIO CESAR FERNANDES FERREIRA MAXIMO pelo(a) apelante(s).



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

DESA. DENISE PINHO DA COSTA VAL (RELATORA)

VOTO

Trata-se de apelação interposta por FLÁVIO CARLOS BITENCOURT PEREIRA contra a sentença de fl. 139-143, que julgou parcialmente procedido o pedido de medidas protetivas previstas na Lei 11.340/06, requeridas por K.S.A.A., impondo ao apelante a proibição de aproximação da ofendida, sem limite mínimo de distância; de contato com a ofendida, por qualquer meio, e de frequentar determinados lugares, no caso, o estabelecimento comercial da ofendida.

Em suas razões, às fls. 150-153, alega que não há prova nos autos de ameaças e violência perpetradas contra a vítima e que "resta clara e cristalina a intenção da requerente em utilizar as normas protetivas para fins outros, que não os da lei, desviando a aplicação de seus institutos e medidas de proteção para questões civis e patrimoniais, referentes a divisão de bens, que devem ser tratadas em ações principais, junto a vara de família".

Sustenta, ainda que o MM. Juiz "a quo" não considerou o parecer ministerial, que se manifestou pela revogação das medidas concedidas.

Pugna, ao final, pela reforma da sentença primeva e revogação das medidas protetivas fixadas em favor da vítima.

Contrarrazões às fls. 159-160, requerendo K.S.A.A. a manutenção da decisão atacada.

Parecer ministerial, às fls. 161-164, manifestando pelo conhecimento e provimento do recurso.

Com vista dos autos, a douta Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer da lavra do Procurador Dr. Carlos Weber Veado, opinou



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

pelo provimento do recurso (fls. 199-204).

É o breve relatório.

Conheço do recurso, pois presentes os pressupostos de sua admissibilidade.

Não foram suscitadas preliminares e não verifico a existência de qualquer nulidade que possa ser declarada de ofício.

Após detida análise dos autos, entendo que razão assiste ao recorrente, porquanto, apesar de existir controvérsias sobre as ameaças e agressões praticadas contra a vítima, não se justifica a manutenção das medidas protetivas.

Ao exame dos autos, tenho que ações do recorrente não são justificáveis. Ficou comprovado que autor e vítima estão em processo de separação, tramitando na Vara de Família, donde conclui-se que existe conflito entre eles.

No caso em tela, Kátia, a apelada, procurou a polícia para lavrar boletim de ocorrência, pelo fato de ter sido ameaçada pelo seu ex-marido, ocasião em que ela requereu o deferimento das medidas protetivas previstas no artigo 22, da Lei 11.340/06.

Observa-se, em suas declarações colhidas às fls. 5-6, que Kátia manifestou o seu interesse em representar contra o seu agressor.

Em suas declarações relatou:

"que a declarante tem um relacionamento amoroso com ANTÔNIO CARLOS BITTENCOURT PEREIRA por sete anos, residindo juntos por todo esse tempo; que desse relacionamento não tiveram filhos; que há aproximadamente três meses estão separados; que ANTÔNIO CARLOS,

desde que se separaram, saiu da casa onde residiam, mas não quis devolver a chave da mesma para a declarante; que ANTÔNIO CARLOS, mesmo não residindo junto com a declarante, ia todos os dias na residência em que a mesma morava; que a declarante teve que sair da casa porque ANTÔNIO CARLOS não dava paz para a mesma; que a declarante está residindo atualmente com seus pais; que ANTÔNIO CARLOS vai na loja que a declarante possui e a faz passar por constrangimentos na frente dos funcionários, expondo a vida pessoal de ambos para os funcionários; que ANTÔNIO CARLOS fez ameaças de agredir a declarante e ameaçou matá-la; que ANTÔNIO CARLOS já chegou a agredir a declarante e que, nesta ocasião, a declarante deu um tapa em ANTÔNIO CARLOS para revidar a agressão sofrida (...)" (fls. 5/6).

Remetidos os autos ao Juízo de Primeiro Grau, as medidas protetivas pleiteadas por Kátia foram deferidas parcialmente pelo MM. Juiz a quo, aplicando-se ao apelante a proibição de aproximar-se da vítima; a proibição de contato com a ofendida e seus familiares e a proibição de frequentar a loja da vítima (fls. 7-10).

O processo cautelar seguiu os trâmites normais, com apresentação de contestação pelo ora recorrente, apresentação de provas, oitiva de testemunhas, culminando com a decisão final, de fls. 139-143, que julgou parcialmente procedente o pedido, mantendo as medidas já fixadas em sede liminar.

Dispõe o artigo 19 § 1º. da Lei 11.340/06 que: "as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado".

As medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha são autônomas e satisfativas, não dependendo, assim, de processo principal.

Muito embora já tenha me manifestado no sentido de serem acessórias tais medidas, dependentes do processo principal, após

refletir mais sobre a matéria, conclui que, na verdade, são autônomas e se satisfazem por si sós, e, exigir o condicionamento das medidas a uma futura ação penal é desproteger a vítima, novamente.

A Defensora Pública do Distrito Federal, Júlia Maria Seixas Bechara, com maestria discorre sobre o tema, nos seguintes termos:

"Tal consequência, por demais gravosa, vai de encontro à razão de existência das próprias medidas protetivas. Se, de um lado, se constata dificuldades para o ajuizamento das demandas, como o acesso à célere assistência jurídica, a obtenção de documentos necessários à propositura da ação ou mesmo a instabilidade emocional, de outro lado é possível que sequer exista a necessidade de outro feito, como mencionado anteriormente.

De tal modo, a exigência de futura propositura de ação significaria nova desproteção à vítima em atendimento a formalismo incompatível com o mecanismo de solicitação da ordem.

Isto posto, conclui-se que a medida protetiva, porque autônoma e satisfativa, não é tutela de natureza cautelar, mas sim tutela inibitória". (Violência Doméstica e natureza jurídica das medidas protetivas de urgência, IBDFAM, 22/10/2010).

Assim, se torna possível o deferimento das medidas, mesmo sem a instauração de um processo principal.

Lado outro, tenho que o processo cautelar visa tão somente atender, em caráter emergencial, a uma necessidade de segurança, em situações que demandam urgência. Desta forma, a medida cautelar concedida se destina a durar por um espaço de tempo delimitado.

Nesse compasso, sobre o caráter temporário da medida cautelar, vale trazer a lume a jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça:

"APELAÇÃO CRIME. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. LESÃO CORPORAL. LEI MARIA DA PENHA. IMPOSIÇÃO DE MEDIDA DE URGÊNCIA. CARÁTER EXCEPCIONAL E CAUTELAR. PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA VÍTIMA, DEVENDO O RÉU MANTER A DISTÂNCIA DE 01 (UM) KM. DURAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. PRAZO NÃO ESTABELECIDO NA SENTENÇA. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, POR PRAZO DETERMINADO E DURANTE A EXECUÇÃO DA PENA IMPOSTA. EXCLUSÃO DA SENTENÇA E, DE OFÍCIO, CONCESSÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCEDÊNCIA. RECURSO PROVIDO E, DE OFÍCIO, ARBITRO HONORÁRIOS AO ADVOGADO.

1. Não há previsão de prazo para a duração das medidas protetivas de urgência na Lei nº. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), as quais têm caráter excepcional e devem vigorar enquanto houver uma situação de risco para a mulher, não se admitindo que tais medidas possam perdurar por prazo indeterminado.
2. Se houver necessidade, admite-se a prorrogação da medida protetiva por prazo razoável e dentro do período de execução da pena imposta.
3. Considerando que as medidas protetivas de urgência têm caráter cautelar, restando superadas quando da prolação de um decreto condenatório, sua exclusão da sentença é medida imperativa.
4. O Advogado nomeado para patrocinar a defesa de réu economicamente necessitado faz jus à percepção de honorários, a serem arbitrados conforme a tabela organizada pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, ao que arbitro, de ofício." (TJPR - Ap. 272.189-8, Rel. Des. Macedo Pacheco, j. 16/06/2011).

Desta forma, as medidas protetivas devem ser deferidas somente nos casos da necessidade urgente da medida.

No presente caso, verifica-se pelas declarações da vítima que ela e Antônio viviam em união estável e se separaram e que, após a separação, Antônio passou a procurar Kátia, e acabaram discutindo. Numa destas discussões, Antônio ameaçou Kátia, dizendo que iria lhe matar e, certo dia, após o apelante dar um "tampa no bumbum" da ofendida, ela lhe deu um tapa na cara. Em sequência, Antônio a enforcou, só parando "quando a declarante conseguiu gritar por socorro" (fl. 117).

Antônio, por sua vez, negou os fatos, dizendo que "não ameaçou a sua ex-companheira de morte", apesar de haver algumas discussões entre eles. Alegou, ainda, que "realmente fez um acordo com a requerente, mas o fez sob pressão, e depois, com orientação de advogado, acabou revendo o referido acordo e o mesmo encontra-se suspenso; que, naquele acordo, a requerente abria mão totalmente da Lei Maria da Penha e desistia da presente ação; que o acordo versava exclusivamente sobre a divisão de bens" (fl. 118).

A testemunha Graciela Bertolino Arantes, ao prestar depoimento em juízo (fl. 119), relatou que já presenciara discussões entre autor e vítima e, certa vez, Kátia lhe mostrou "o pescoço com marcas de dedos, como se tivesse sido apertado, e ela também lhe disse que o requerido a havia jogado no chão" (fl. 119).

Extraí-se, assim, deste depoimento, que Graciela nada presenciou, informando apenas o que lhe foi relatado pela ofendida Kátia.

Certo é que o casal, em fase de separação, estava em constante discussão e atritos, mormente em relação a divisão patrimonial.

Verifica-se da petição de f. 49, assinada por Kátia e por seu advogado, protocolada no dia 29/10/2010, que ela desistiu do pedido de medidas protetivas, nos seguintes termos:

"Não tem interesse no prosseguimento da ação penal, bem como na



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

manutenção das medidas protetivas, pelo que desiste expressamente da mesma".

Tal desistência adveio de um acordo entre o casal sobre a partilha de bens.

Posteriormente, em 9 de novembro de 2010 (fl. 50), houve o pedido de "andamento do feito", porque o acordo realizado com o apelante não foi por ele cumprido.

Paralelamente ao pedido de medidas protetivas, foi proposta ação de reconhecimento e dissolução de união estável com partilha de bens.

Registro que apesar das discussões entre autora e réu, diante da separação do casal, havendo, inclusive, disputa por partilha de bens, não se justifica, com base única e exclusivamente neste motivo, a concessão das medidas protetivas.

As supostas ameaças e lesões sofridas por Kátia também não restaram cabalmente demonstradas, pois não presenciado por ninguém. A testemunha arrolada por Kátia apenas relatou o que Kátia lhe disse.

Assim, como bem ressaltado pelo ilustre Promotor de Justiça atuante no feito, "as condutas supostamente praticadas pelos requeridos não configuram atos graves de violência doméstica, mas tão somente desentendimento acerca da divisão dos bens do casal, tendo a autora também dado causa a esses desentendimentos e possíveis agressões" (fl.163).

Lado outro, as medidas protetivas, como dito alhures, devem ser fixadas dentro do princípio da necessidade e perdurar por um período razoável.

No presente caso, as medidas protetivas foram deferidas liminarmente à ofendida em 18 de outubro de 2010, e mantidas na



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

sentença final, perdurando até os dias de hoje, ou seja, há mais de dois anos, não se justificando a sua manutenção para além deste prazo.

Outro não é o entendimento deste Egrégio Tribunal, conforme se pode ver das ementas abaixo transcritas:

"EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - AMEAÇA - LEI MARIA DA PENHA - MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - FUMUS BONI JURIS - PERICULUM IN MORA - AUSÊNCIA - PRAZO PARA DEFERIMENTO DAS MEDIDAS - INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO - DECADÊNCIA - EXTINÇÃO DO EXPEDIENTE CAUTELAR. 01. Considerando que a medida protetiva possui caráter de urgência, há necessidade, para seus deferimento, de comprovação do direito ameaçado e o fundado receio da lesão, isto é, fumus boni juris e o periculum in mora. 02. Não podem as medidas protetivas de urgência subsistirem indefinidamente, sobretudo quando não há qualquer indício de que algum direito esteja sendo violado, sob pena de acarretar insegurança jurídica e de aplicar, ao agressor, medidas constritivas a sua liberdade que poderiam, até mesmo, ser mais graves que aquelas impostas em eventual condenação. 03. Inexistindo possibilidade de o agente se ver denunciado pelas ameaças praticadas e, ainda, ausente notícia de ulterior agressão - física ou psicológica - não se deferem medidas protetivas. (Apelação Criminal 1.0024.10.225735-9/001, Rel. Des.(a) Fortuna Grion, 3ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 30/10/2012, publicação da súmula em 08/11/2012).

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO AO RECURSO para reformar a decisão primeva, cassando as medidas aplicadas em favor de K.S.A.A.

Custas, ex lege.

É como voto.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

DES. RUBENS GABRIEL SOARES

VOTO

Acompanho o voto condutor, apenas ressalvo posicionamento em relação à natureza jurídica das medidas protetivas.

Isso porque coaduno do entendimento de que as medidas protetivas em sua amplitude são de natureza processual cautelar.

Neste sentido, é a lição de ROGÉRIO SANCHES CUNHA e RONALDO BATISTA PINTO, *ipsis litteris*:

"Como tal, devem preencher os dois pressupostos tradicionalmente apontados pela doutrina, para a concessão das medidas cautelares, consistentes no *periculum in mora* (perigo da demora) e *fumus boni iuris* (aparência do bom direito)" (CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. *Violência doméstica: Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006) comentada artigo por artigo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 124).

Também neste diapasão as palavras de DENÍLSON FEITOZA:

"As medidas protetivas, por sua vez, são, conforme o caso, medidas cautelares preparatórias, preventivas ou incidentes, como



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

constatamos por suas características e por interpretação sistemática com outras leis. A mudança de denominação ("protetivas") não lhes retirou seu caráter. (FEITOZA, Denílson. Direito Processual Penal, Teoria, Crítica e Práxis. 6ª edição. Niterói: Impetus, 2009, p.626).

Dessa forma, tem-se que as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha possuem caráter cautelar, sendo instrumento importante para a proteção das vítimas de violência doméstica e para o trâmite processual, garantindo a eficácia da prestação jurisdicional.

A propósito, o escólio de ANTÔNIO SCARANCE FERNANDES:

"(...) são providências urgentes, com as quais se busca evitar que a decisão da causa, ao ser obtida, não mais satisfaça o direito da parte, evitando que se realize, assim, a finalidade instrumental do processo, consistente em uma prestação jurisdicional justa" (FERNANDES, Antonio Scarance. Processo Penal Constitucional. 4 ed. São Paulo: RT, 2005).

Destarte, tendo em vista que tais medidas possuem natureza acessória, estas não podem perdurar se não houver o interesse da vítima de iniciar a persecução criminal, ou seja, não podem subsistir se a ação principal, objeto que têm por escopo tutelar, não se iniciar.

É como voto.

DES. FURTADO DE MENDONÇA



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

VOTO

Acompanho o voto da em. Des. Relatora, aderindo à ressalva do em. Des. Primeiro Vogal.

SÚMULA: "RECURSO PROVIDO"

??

??

??

??